

EVASÃO ESCOLAR NA REDE ESTADUAL DE FORTALEZA - CE: AVANÇOS E DESAFIOS

SCHOOL DROPOUT IN FORTALEZA (CE) STATE NETWORK: PROGRESSES AND CHALLENGES

ABANDONO ESCOLAR EN LA RED ESTATAL DE FORTALEZA - CE: AVANCES Y DESAFÍOS

Ana Maria Alves de Almeida Cruz¹
Eloísa Maia Vidal²

RESUMO: O artigo é parte de pesquisa de mestrado e analisa a evasão escolar como fenômeno multivariável que tem relação com a reprovação e o abandono escolar no ensino médio. A amostra consiste das escolas da rede estadual do município de Fortaleza, Ceará, e considera o período 2010 a 2019. A metodologia é de natureza quantitativa, descritiva e explicativa e utiliza dados do Censo Escolar, com uso de estatística descritiva. A revisão de literatura trabalha com autores que discutem a evasão escolar a partir de variáveis intra e extraescolares, sendo as taxas de reprovação e de abandono passíveis de medição anual. Os dados mostram que as escolas estaduais de Fortaleza apresentaram redução nas duas taxas, sendo menores que as médias do estado, mas maiores que as brasileiras, o que pode estar associada às iniciativas de diversificação da oferta de ensino médio, com os alunos passando a frequentar escolas de tempo integral.

Palavras-chave: evasão escolar; ensino médio; rede estadual; Fortaleza.

ABSTRACT: *This paper is part of a master's research which aims at analyzing school dropout as a multivariate phenomenon related to school failure and High School quitting. The study focused on schools in the state network of Ceará, in Fortaleza, and took the period from 2010 to 2019 as its time frame. The methodology is quantitative, descriptive, and explanatory using data from Censo Escolar and descriptive statistics. The literature review consults authors who discuss school dropout from intra and extra-school variables, with failure and dropout rates being subject to annual measurement. The data show that state schools in Fortaleza presented reduction in both rates; lower than the state averages, but higher than the Brazilian ones. That can be associated to the implementation of initiatives to diversify the supply of High School education, in which most students start attending full-time schools.*

Keywords: school dropout; high school; state network; Fortaleza.

RESUMEN: *El artículo analiza el abandono escolar como un fenómeno multivariante, relacionado con el fracaso y la deserción en la escuela secundaria. El estudio trabajó con las escuelas de la red estatal de Ceará, en el municipio de Fortaleza, en el período 2010 a 2019. La metodología es de carácter cuantitativo, descriptivo y explicativo y utiliza datos del Censo Escolar. El análisis se realiza mediante estadísticas descriptivas utilizando plantillas electrónicas. La revisión de la literatura consulta autores que discuten el abandono escolar a partir de variables responsables de comprometer el flujo escolar. Los datos muestran que las escuelas presentaron reducción en ambas tasas inferiores a los promedios estatales, pero*

¹ Mestra em Educação. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0644-5257>. E-mail: a.alvesdealmeida@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação. Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, Brasil. <https://orcid.org/0000-0003-0535-7394>. E-mail: eloisamvidal@yahoo.com.br.

superiores a los promedios brasileños. Las posibles justificaciones se refieren a la implementación de iniciativas de diversificación de la oferta de educación secundaria, como las escuelas a tiempo completo, con mejores condiciones de infraestructura, horas diarias de clase y acciones complementarias.

Palavras clave: abandono escolar; escuela secundaria; red estatal; Fortaleza.

Introdução

Nas duas últimas décadas, o ensino médio passa a receber atenção especial das políticas públicas em decorrência de duas mudanças legais que alteram, de forma substantiva, as condições de oferta e de atendimento dessa etapa da educação básica: a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2007, que inclui o ensino médio como objeto de financiamento, redistribuindo os recursos da educação em função das matrículas de todas as etapas e modalidades da educação básica e a Emenda Constitucional nº 59/2009, que amplia a obrigatoriedade da educação básica dos 4 aos 17 anos e a abrangência dos programas suplementares para toda a educação básica.

Os avanços advindos com essas duas medidas legais, contudo, não conseguem sanar os principais problemas do ensino médio, pois, conforme dados sobre o abandono escolar divulgados na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2019, das 50 milhões de pessoas entre 14 e 29 anos do país, 20,2% (ou 10,1 milhões) não completaram alguma das etapas da educação básica, seja por terem abandonado a escola, seja, ainda, por nunca a terem frequentado. Desse total, 71,7% eram pretos ou pardos. Os resultados também revelam que o abandono é mais acentuado na passagem do ensino fundamental para o ensino médio e, dentre os principais motivos, estão a necessidade de trabalhar (39,1%) e a falta de interesse (29,2%). De modo específico entre as mulheres, destacam-se a gravidez (23,8%) e os afazeres domésticos (11,5%). Além disso, o estudo mostra que, no total, 3,2% de jovens em todo o país dizem que não havia escola, vaga ou turno desejado na localidade onde vivem. Outros 3,7% deixaram os estudos por problemas de saúde permanentes. Tais dados mostram que o abandono escolar atinge de forma mais intensa determinados grupos sociais, como jovens do sexo masculino, pretos e pardos e jovens mulheres que assumem afazeres, geralmente, não remunerados, com a família e com a casa.

Dados do Censo Escolar mostram que, em 2007, a taxa de aprovação do ensino médio era de 74,1%, valor que cresceu doze pontos percentuais, chegando, em 2019, a 86,1%,

enquanto a reprovação que era de 12,7% em 2007, é reduzida para 9,1% em 2019, e o abandono, que chegava a 13,2% em 2007, atinge 4,8% em 2019 (Inep, 2007; 2019). Os dados mostram que, embora a taxa de abandono tenha se reduzido quase três vezes, a reprovação cai apenas 28% em treze anos e, de cada cem jovens que se matriculam no ensino médio em 2019, apenas 86 conseguem concluir essa etapa da educação básica sem histórico de reprovação ou de abandono. Dessa forma, preocupações sobre o fluxo escolar nessa etapa da educação básica são recorrentes, e desafios referentes à redução da reprovação e do abandono ainda precisam ser enfrentados pelos gestores públicos e pelas escolas.

No Brasil, a evasão escolar é um problema antigo, fazendo-se presente no ensino fundamental e no ensino médio desde os primeiros registros de censo escolar. Segundo o Censo Escolar da Educação Básica de 2018, um total de 912.524 crianças e adolescentes deixaram a escola nesse ano, sendo que mais da metade (50,6%) a abandonaram no ensino médio. A região Nordeste tem o maior número, com 342.316 estudantes que deixaram as salas de aula. No Ceará, a taxa de abandono na rede estadual em 2018 foi de 5,1% (Inep, 2018).

Este artigo tem o objetivo de realizar uma análise sobre a evasão escolar a partir das taxas de reprovação e de abandono nas escolas da rede estadual de Fortaleza, capital do estado do Ceará, no período 2010 – 2019, correspondendo a uma década. O estudo se concentra na última etapa da educação básica, o ensino médio, em que o maior percentual de matrículas é de responsabilidade da rede estadual. A escolha pelo período foi balizada pelo ano de implementação completa do Fundeb e o último ano antes da pandemia da Covid-19.

A metodologia consiste numa abordagem quantitativa, de natureza descritiva e explicativa e se utiliza de dados provenientes do Censo Escolar, aplicado anualmente pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), e outros solicitados a Secretaria de Educação do estado do Ceará (Seduc). A análise dos dados é feita mediante cálculos de estatística descritiva e, para tanto, utilizaram-se planilhas de Excel, do pacote Microsoft Office 365®. Recorreu-se à revisão de literatura consultando autores que tematizam a evasão escolar, compreendendo-a como um fenômeno que tem relação com fatores intra e extraescolares, que afetam o fluxo escolar de parcela expressiva de crianças e de jovens, sendo as taxas de reprovação e de abandono variáveis passíveis de medição anual.

O artigo está organizado em três seções. Na primeira são abordados aspectos relacionados a evasão escolar no ensino médio; a segunda trata de ações em prol do controle e do combate à evasão escolar, e a terceira contextualiza o ensino médio público no Ceará, considerando as iniciativas implementadas no que diz respeito à diversificação da oferta dessa etapa da educação básica, para, em seguida, analisar as taxas de reprovação e de abandono das

escolas estaduais em Fortaleza. Finalmente, as considerações finais destacam os resultados alcançados pelas duas taxas ao longo do período analisado e a possibilidade de eles estarem associados ao crescimento das matrículas dos alunos de ensino médio em escolas de tempo integral.

Evasão escolar: as tramas do conceito

A evasão escolar deve ser entendida como um fenômeno social complexo, definido como ausência de matrícula do aluno nos anos escolares subsequentes (Bordini, 2021) e vem preocupando instituições educacionais em todo o país, uma vez que suas consequências geram problemas de ordem econômica, acadêmica e sociais para os alunos e para a sociedade em geral. Quando se refere ao ensino médio, afeta diretamente a juventude que está se preparando para inserção na economia por meio de ocupação de vagas no mercado de trabalho.

Segundo o Dicionário de Indicadores Educacionais do Inep (2004, p. 19), a evasão escolar fica caracterizada quando, um indivíduo que “estava matriculado no início do ano t deixa de estar no ano $t + 1$. Nesse caso, ele pode ter sido reprovado, abandonado ou mesmo aprovado ao final do ano t , e, ao não prosseguir matriculado no ano seguinte, $t + 1$, passa a ser considerado em situação de evadido”. É possível observar, a partir da definição do termo, que a evasão escolar é um fenômeno multivariável, que depende de fatores intraescolares, como o insucesso na aprendizagem (reprovação), a atratividade da escola, a carência de programa suplementares, como livro didático, merenda escolar e transporte escolar, que levam ao abandono; ou fatores externos à escola, como necessidade de trabalho por parte dos jovens e problemas associados a consumo de drogas, violência e gravidez na adolescência que os impede de retomar seu ciclo de escolarização.

Outro fator explicativo que pode ter relação com a evasão é a cartografia das escolas estaduais de ensino médio, localizadas prioritariamente nas zonas urbanas, o que representa uma dificuldade para jovens moradores das localidades rurais que precisam dispor dos serviços de transporte escolar e tempo de deslocamento, para frequentar esses estabelecimentos de ensino, levando muitos a interromper sua trajetória escolar ao concluir o ensino fundamental. Nesse caso, tem-se a evasão marcada pela não matrícula, na qual o aluno não inicia o período letivo.

Quando se trata de evasão escolar, a literatura apresenta um emaranhado quadro conceitual, com definições diversas que ora se aproximam e ora se afastam, na tentativa de explicar tal temática. Nesse sentido, Dore e Lüscher (2011, p. 775) afirmam que

A evasão escolar tem sido associada a situações tão diversas quanto a retenção e repetência do aluno na escola, a saída do aluno da instituição, a saída do aluno do sistema de ensino, a não conclusão de um determinado nível de ensino, o abandono da escola e posterior retorno. Refere-se ainda àqueles indivíduos que nunca ingressaram em um determinado nível de ensino, especialmente na educação compulsória, e ao estudante que concluiu um determinado nível de ensino, mas se comporta como um *dropout*.

Compartilham do mesmo pensamento Oliveira *et al.* (2015) e Bordini (2021), ao afirmarem que se trata de um problema de ordem tanto interna quanto externa à instituição escolar, que pode estar associado a fatores pessoais, sociais e institucionais. O problema da evasão pode também ser entendido como uma das expressões da questão social, inserida no contexto das desigualdades provocadas pelo capitalismo, especialmente num país como o Brasil. Para Harper (1993, p. 35), “a evasão escolar, está sabidamente relacionada com as reprovações; atinge, sobretudo, as camadas desfavorecidas da população”, uma vez que ela se configura quando o aluno sai da escola e abandona os estudos. Nessa mesma perspectiva, Paludo (2024), ao comentar a obra de Dubet (2020), afirma que as múltiplas desigualdades que afetam os grupos sociais são desafiadoras e de difícil equacionamento, o que possibilita inferir que os alunos que vivenciam as trajetórias de reprovação e de abandono são afetados por contextos de desigualdades diversos e sobrepostos.

Há que se considerar também as diferenças conceituais que a literatura reconhece existir entre abandono e evasão escolar. Para Gomes (1994) e Shirasu e Arraes (2015), abandonar é deixar de estudar por um determinado período e retornar depois de certo tempo; evadir é deixar os estudos não retornando nos anos seguintes. Ambas as situações representam o afastamento do aluno dos bancos escolares e a interrupção, temporária ou definitiva, da sua escolarização (Lourenço, 2013). De uma forma ou de outra, a trajetória escolar do aluno é interrompida.

A diferença entre evasão e abandono escolar também foi considerada por Santos e Albuquerque (2019, p. 77), ao afirmarem que o abandono diz respeito às taxas de rendimento dentro de um ano letivo, e a evasão se refere ao fluxo/à transição entre os anos. Já Klein (2003, p. 110-111) comprehende que “um aluno afastado por abandono é qualquer aluno que não foi considerado aprovado ou reprovado. Logo, em um sistema fechado, o número deles é a diferença entre a matrícula inicial e a matrícula final”. Nessa mesma linha de discussão, Filho e Araújo (2017) sinalizam que, por vezes, o conceito de evasão somente é empregado quando o aluno deixa de frequentar a sala de aula, não considerando outras situações em que ele se ausenta da instituição educacional.

Outra abordagem para explicar a evasão consiste na culpabilização do sujeito, em que esta é vista como uma situação que diz respeito somente à vontade do aluno, não levando em consideração outros fatores que corroboraram para a interrupção da trajetória escolar do indivíduo. Nesse sentido, “o conceito de evasão traz um caráter subjetivista, responsabilizando o aluno pela sua saída da escola, considerando apenas os fatores externos, caindo na armadilha do reproduтивismo das relações sociais na escola” (Pelissari, 2012, p. 33). Essa abordagem ignora as condições sociais e econômicas da maioria dos jovens que frequentam as escolas públicas brasileiras, marcados por vulnerabilidades sociais agudas, que afetam até mesmo as condições de existência como sujeitos de direitos, quase sempre concedidos apenas de forma parcial.

As discussões sobre a evasão escolar vêm ocorrendo há muitos anos e, mesmo após inúmeros estudos e diversas pesquisas apontando causas e possíveis soluções, tanto em nível local como em nível global – visto que não é um problema que afeta somente os países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, mas também os países ditos desenvolvidos – ainda persiste, em maior ou menor intensidade, nos sistemas de ensino.

Ao discorrer sobre a evasão escolar no Brasil, Digiácomo (2005, p. 1) considera que o fenômeno é naturalizado pelas escolas, “sendo muitas vezes passivamente assimilada ou tolerada” e que já foram criados, pela gestão escolar, mecanismos que representam “expedientes maquiadores ao admitirem a matrícula de um número mais elevado de alunos por turma do que o adequado, já contando com a ‘desistência’ de muitos ao longo do período letivo”. Essa situação é recorrente, mostrando que a evasão escolar é uma variável com a qual a escola vem convivendo há muitas décadas, sem solução adequada, o que corrobora com o argumento de Ramos e Tavares (2024), que, baseados na sociologia de Max Weber, afirmam que a escola está sujeita aos domínios da burocracia.

Importante salientar que a evasão escolar representa prejuízo financeiro para uma política educacional cujos recursos são considerados insuficientes. Quando o aluno evade, o recurso financeiro investido naquele ano é perdido de forma definitiva; se ele volta depois de algum tempo, novos recursos precisam ser aportados. A evasão também provoca problemas na infraestrutura das redes escolares, na medida em que retém crianças e jovens num determinado ciclo escolar, o que passa a exigir mais salas de aulas, docentes, aumento de programas suplementares etc. Além dessas questões, a evasão é uma das responsáveis pela distorção idade-série, uma vez que, por reprovação ou abandono, o aluno começa a acumular um descompasso entre a sua idade e a idade ideal para um determinado ano escolar.

Autores como Moura (2020), Cortés e Fernández (2018), Queiroz (2011) argumentam que a evasão escolar está associada a fatores externos, alicerçada nas precárias condições familiares, na necessidade de o jovem trabalhar para auxiliar os pais no sustento da família e nas diferenças de classes, que alteram as relações sociais, penalizando os mais vulneráveis. Segundo os autores, por mais que se tente solucionar o problema com políticas públicas regionais e locais inclusivas, ele persiste.

A necessidade de trabalhar e a diferença de classes, também condizem com a concepção de Carvalho (2020), Gonçalves (2019), Ribeiro *et al.* (2018), de que os alunos, quando se sentem obrigados a trabalhar para sustento próprio e da família, desistem da escola, uma vez que a maratona diária é exaustiva e, em muitos casos, o conflito de horários de aula e de trabalho impõem restrições à continuidade da escolarização. Para os autores, os alunos das camadas populares ficam em desvantagem em relação aos alunos das classes mais abastadas, uma vez que, com tempo reduzido, não conseguem investir em seu processo de formação. Isso contribui para a perpetuação do ciclo de pobreza, associada à baixa escolaridade das novas gerações, que, mesmo com a disponibilidade de vagas, não conseguem o acesso à progressão escolar.

As vulnerabilidades sociais associadas à situação econômica de muitas famílias induzem à inserção precoce dos filhos no mercado de trabalho e à conivência com o abandono escolar. Dentre as consequências possíveis, Trindade e Oliveira (2019) destacam que, com qualificação reduzida, o jovem é destinatário direto de empregos precarizados que contribuem, em grande parte, para sua inclusão em situações de vulnerabilidade e de dependência social.

Dados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílio Contínua (PNAD), divulgados em julho de 2020 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram que a necessidade de trabalhar é o principal motivo apontado por jovens de 14 a 29 anos para abandonar os estudos. Apesar da ampliação do Programa Bolsa Família (PBF) em 2008, possibilitando a concessão do benefício social para famílias com jovens de 16 e 17 anos frequentando a escola, esse programa de transferência de renda não conseguiu deter o problema da evasão, o que confirma o caráter multifacetário do fenômeno.

Arroyo (1993) argumenta que as pessoas que se encontram em maior situação de vulnerabilidade social são as que precisam se inserir no mercado de trabalho e que também estão mais sujeitas a riscos, tais como envolvimento com drogas ou substâncias ilícitas, alcoolismo, crimes, violência tanto em casa quanto fora de casa, fome, doenças, problemas psicológicos e outros. Essas condições são agravadas pelas situações de pobreza, o que traz sérias consequências para o desenvolvimento cognitivo e emocional das crianças e dos adolescentes. As escolas, sobretudo as públicas, que estão situadas em regiões ou territórios de

maior vulnerabilidade social, enfrentam grandes dificuldades para assegurar a permanência dos estudantes, bem como o sucesso escolar.

Um outro fator preponderante apontado como causa de evasão é atribuído à falta de acompanhamento da vida escolar dos alunos tanto pela família quanto pela escola. Para Queiroz (2011, p. 12), tanto a escola quanto a família precisam criar mecanismos que permitam uma articulação, de tal modo que, ao perceber situações em que a criança ou o jovem esteja na iminência de abandonar a escola, “buscar soluções, ou ao menos, tentar encontrar possibilidades de intervenção que venham impedir a evasão escolar da criança”.

No caso do ensino médio, o acompanhamento por parte da família já é mais rarefeito, uma vez que a autonomia do jovem é maior do que a da criança, por exemplo, ficando, assim, a cargo da escola a maior parcela de acompanhamento do aluno. De acordo com a autora, a escola tem o dever de procurar soluções para os problemas existentes ou que venham a surgir no seu contexto, buscando todas as formas possíveis de solucioná-los, para, assim, dar satisfação à comunidade do que está acontecendo no âmbito da instituição. E cabe aos pais tomar conhecimento de tais problemas e ajudar na busca por soluções para a melhoria dos resultados.

As considerações feitas pelos diversos autores apontam para a necessidade de compreender a evasão escolar como resultado de questões macroconjunturais, que dizem respeito a fatores externos e internos à escola, e que se inter-relacionam e se potencializam, atingindo de forma mais intensa as populações mais pobres e periféricas, desprovidas de acervo cultural e social. De forma relevante, faz-se necessário refletir sobre as condições de vida desses jovens, pois, como salienta Arroyo (2018), os “ciclos intergeracionais de pobreza” são os que mais influenciam o progresso estudantil dos alunos e, por certo, a permanência.

As causas endógenas ou os fatores internos da evasão escolar também receberam destaque no meio acadêmico. Autores como Soares *et al.* (2015), Veiga (2016), Santos (2017) afirmam que a escola pública é responsável pelo sucesso ou pelo fracasso dos alunos, tomando como base explicações que variam desde o seu caráter reproduutor até o papel e a prática pedagógica do professor. Nessa mesma linha de pensamento, Bezerra *et al.* (2020), Silvas (2018), Lucas (2017) e Balta (2017) pontuam que as maiores dificuldades encontradas pelos alunos do ensino médio dizem respeito à própria escola, como turmas lotadas, conteúdos extensos e específicos não condizentes com a realidade dos alunos, professores desmotivados e com formação deficiente, características da direção escolar, infraestrutura física precária, atratividade da escola, entre outros.

Diniz (2015) chama atenção para os conflitos de relacionamento existentes no ambiente escolar entre alunos (a exemplo do *bullying*), professores, funcionários e pais, principalmente no que se refere ao cumprimento ou à transgressão de regras, que não deixam de influenciar no desempenho ou na evasão dos estudantes.

Para Branco *et al.* (2020), Filho e Araújo (2017) e Silva (2016), a evasão escolar alicerça-se em múltiplos fatores tanto intraescolares como extraescolares, interligados e combinados, tais como dificuldade de aprendizagem, falta de conhecimento didático do corpo docente, desinteresse individual, distorção idade/série, clima escolar, envolvimento com drogas, sucessivas reprovações, gravidez adolescente, necessidade de trabalhar, condição socioeconômica da família, violência, desemprego, má alimentação, falta de políticas de governo e vulnerabilidade familiar.

Nessa mesma direção, Johann (2012, p. 70-71) destaca que são muitos os fatores que contribuem para evasão escolar, tanto de ordem externa quanto de ordem interna à instituição de ensino. Para ele, a evasão escolar “não é um fenômeno provocado exclusivamente por fatores existentes dentro da escola, pelo contrário, a maneira como a vida se organiza fora da escola tem reflexos na conduta escolar e a combinação destes fatores acaba interferindo diretamente [...]”. O convívio familiar conflituoso e a má qualidade do ensino, entre outros fatores, são considerados partes integrantes e comuns da evasão escolar na visão de Cabral (2017, p. 4) que também destaca as políticas governamentais e a situação econômica dos alunos. Torna-se pertinente pontuar que esse contexto conflituoso causa desmotivação no estudante, pois ele se vê envolto por uma realidade educacional com várias deficiências, desde a aprendizagem dos conteúdos até a preparação para o mercado de trabalho.

Na concepção de Lino (2020) e Silva (2019), a persistência da evasão no ensino médio revela que esse problema está longe de ser solucionado, apesar das muitas iniciativas de políticas públicas já realizadas que ocasionaram uma redução significativa nas taxas de reprovação e de abandono. Esse tema deve continuar na agenda dos governos, sendo estudado e debatido, a fim de encontrar soluções efetivas para a sua superação na realidade da educação brasileira.

A seguir, são descritas algumas iniciativas desenvolvidas nos últimos anos em favor do controle e do combate da evasão escolar.

Ações em prol do controle e do combate da evasão escolar

O enfrentamento da evasão escolar demanda esforço coletivo no âmbito dos governos e da sociedade, por ser um fenômeno que possui causas que se revelam complexas e diversas. Seu enfrentamento pressupõe a orquestração de uma variedade de medidas envolvendo múltiplos agentes, tais como família, escola, sociedade civil e poder público. Essas iniciativas precisam estar alicerçadas em políticas públicas que garantam os direitos constitucionais das crianças e dos adolescentes e que considerem os diversos contextos nos quais eles estão inseridos. Num país continental como o Brasil, com desigualdades sociais agudas, as soluções precisam considerar os contextos nos quais os problemas estão inseridos.

Vale ressaltar que apenas o acesso à escola não é condição suficiente para garantia da continuidade dos estudos, muito menos de uma educação de qualidade. O grande desafio é garantir a permanência dos alunos frente aos desafios que permeiam suas vidas tanto de ordem econômica quanto social e pessoal, mas, sobretudo, as “precárias e fragmentadas políticas públicas, com destaque, para as políticas no campo da assistência social, emprego e transporte” (Santos *et al.*, 2020, p. 37).

Ao longo dos últimos anos, uma das políticas de mais amplo alcance no que diz respeito ao combate à evasão escolar foi o Programa Bolsa Família (PBF), criado em 2003, que se caracteriza pela transferência de renda para famílias em situação de pobreza, cuja condicionalidade é a frequência à escola para crianças de 6 a 17 anos de idade. O PBF é um programa federal que “contribui para erradicar a fome, a pobreza e a extrema pobreza no país, apoiando-se na articulação interfederativa, com esforços conjugados das três esferas de governo: federal, estadual e municipal”³. Inicialmente atendendo o público-alvo de 6 a 15 anos, a partir de 2008, o PBF passa a incluir, nas suas condicionalidades de educação, a frequência dos jovens de 16 e 17 anos. Na visão de Agatte e Antunes (2014, p. 40), o modelo de monitoramento da condicionalidade na área de educação, pela frequência escolar bimestral, representa um indicador muito importante, pois pode sinalizar propensão ao abandono e à evasão da criança ou do adolescente.

Estudo realizado por Oliveira e Soares (2014, p. 50), embora preliminar, mostra que “há evidências de que o PBF reduz a repetência de quem o recebe”, assim como Cireno, Silva e Proença (2014, p. 52) chegam à conclusão de que os alunos beneficiários do PBF “apresentam menor taxa de abandono e distorção no 5º e 9º ano, o que sugere que o programa exerce a

³ <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmmps/bolsafamilia/carta-gestao-estaduais.pdf>

importante função de manter na escola alunos advindos de famílias pobres". Viana e Cireno (2018, p. 239), ao estudarem as condicionalidades do PBF e os efeitos sobre a educação, reportam-se a um estudo realizado por Paiva *et al.* (2013), que, ao analisarem o acompanhamento das condicionalidades de 90% dos beneficiários entre 6 e 17 anos, constatou que a evasão foi reduzida em 3,2 pontos percentuais, e a progressão escolar sofreu um aumento de 8,8 pontos percentuais.

No que tange a iniciativas no campo da política educacional, a Emenda Constitucional nº 59/2009 amplia o atendimento dos programas suplementares financiados com recursos do salário-educação para o ensino médio. Com isso, os jovens que frequentam essa etapa da educação básica passam a usufruir do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (Pnate), que tem como um dos objetivos a melhoria na qualidade do transporte escolar, principalmente dos alunos da educação básica pública, residentes em áreas rurais espalhadas por todo o Brasil; do Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), que oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica pública (Brasil, 2017) e do Programa Nacional do Livro e do Material Didático (PNLD), que distribui, para os alunos, livros didáticos de todas as disciplinas que compõem a matriz curricular do ensino médio. Esses três programas, além de outros desenvolvidos pelo Governo Federal contribuem positivamente para a melhoria das condições de aprendizagem das crianças e dos jovens.

A partir de 2009, o Governo Federal passa a desenvolver uma iniciativa relacionada à reestruturação do ensino médio, o Programa Ensino Médio Inovador (ProEMI), de abrangência nacional, com o intuito de diversificar a base curricular nas escolas públicas de ensino médio, de maneira a torná-lo mais condizente à realidade de vida dos alunos (Silva, 2016). Ela consiste na oferta de ampliação da jornada escolar visando à formação integral e integrada do estudante da rede pública de ensino médio. Esse modelo não trabalha com formação de nível técnico, mas com disciplinas eletivas que valorizam os vários espaços e equipamentos disponíveis na unidade de ensino, partindo do pressuposto de que a sala de aula não é o único espaço de aprendizagem, direcionando o uso de laboratórios, sala de multimeios e demais espaços de convivência como ambientes de relevância para consolidar e oportunizar aprendizagens. Os estados aderiram ao ProEMI e começaram a, gradativamente, ampliar a iniciativa para suas escolas, contando com financiamento federal.

Ainda nesse intuito, o Fundo de Emergência Internacional das Nações Unidas para a Infância (Unicef), em parceria com a União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), o Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e

o Instituto TIM lançaram, em 2017, a Busca Ativa Escolar. Consiste em uma plataforma gratuita, que busca auxiliar os municípios no enfrentamento da exclusão escolar. Por meio do site, de aplicativo ou de Serviço de Mensagens Curtas (SMS), procura “apoiar os governos na identificação, registro, controle e acompanhamento de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos que estão fora da escola ou em risco de evasão” (Unicef, 2017, p. 3).

A próxima seção contextualiza a oferta de ensino médio no estado do Ceará considerando a diversificação da oferta que vem ocorrendo nos últimos anos.

O ensino médio cearense e a diversificação da oferta

O Ceará é uma das 27 subunidades nacionais que carregam as marcas das desigualdades sociais ao apresentar um índice de Gini de 0,547 em 2019, maior que o da região Nordeste (0,531) e do Brasil (0,509) (Ipece, 2020). Outros indicadores sociais também mostram que a situação de pobreza atinge 1.103.697 famílias que são beneficiárias do PBF, segundo dados do Relatório de Informações Sociais⁴ (MDS, 2021), para uma população de 9.240.580 habitantes (IBGE, 2021). Ao se considerar uma família com quatro pessoas, quase 50% da população do estado pode ser classificada como em situação de pobreza.

Dados de 2019 mostram que de um total de 1.252.372 matrículas públicas nos ensinos fundamental e médio nas redes estadual e municipais, 925.309 (73,8%) são crianças e jovens cujas famílias são beneficiárias do PBF, e acompanhadas na escola por meio da frequência escolar⁵. No caso do ensino médio, a oferta pública é assegurada pela rede estadual, cuja gestão é centralizada na Secretaria da Educação (Seduc) do estado. O ano de 2019 registra 323.222 alunos cursando essa etapa da educação básica, atendidos em 718 escolas distribuídas pelos 184 municípios. Nessa rede escolar, atuam 17.000 docentes distribuídos entre professores efetivos e temporários, com regime de trabalho de 20 ou 40 horas semanais (Inep, 2019).

Ao longo das duas últimas décadas, especialmente depois da criação do Fundeb, quando o ensino médio passa a contar com financiamento, o estado do Ceará vem desenvolvendo iniciativas de políticas educacionais específicas para essa etapa da educação básica. Elas se dirigem principalmente para a diversificação da oferta, com a primeira delas se iniciando em 2008, por meio da adesão ao Programa Brasil Profissionalizado, do Governo Federal que apoia, com recursos financeiros, a criação de escolas estaduais de ensino médio integrado à educação

4 <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral>

5 <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/bolsafamilia/painel.html>

profissional. As escolas oferecem nove horas de aulas por dia, sendo uma parte dedicada à formação geral, e outra, a cursos técnicos de nível médio; os alunos têm direito a três refeições diárias, e a infraestrutura escolar é superior, em quantidade e qualidade, à dos prédios que ofertam o ensino médio regular de turno único. Em 2019, essa rede escolar contava com 121 escolas, distribuídas em 92 municípios e atendendo mais de 50.000 alunos, sendo 21 delas em Fortaleza.

Uma segunda iniciativa se inicia em 2016, com a adesão do Ceará ao Programa de Fomento às Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EEMTI), do Ministério da Educação (MEC). Em 2019, mais de 100 escolas já estavam incluídas no Programa, com 48 em Fortaleza, sendo que todas precisaram ter sua infraestrutura física adaptada para receber o Programa. Essas escolas desenvolvem uma proposta curricular de tempo integral, atendendo mais de 30.000 alunos, que permanecem nove horas por dia na escola, têm direito a três refeições e recebem 45 horas de aula por semana.

Um outro tipo de oferta acontece no que a Secretaria da Educação do estado denomina de extensões de matrículas, numa rede escolar considerada ‘invisível’ segundo Vieira e Vidal (2017), porque não aparece no Censo Escolar, já que suas matrículas são registradas nas escolas-sede, localizadas nas zonas urbanas. Os anexos escolares ou as extensões de matrículas atendem, com oferta de ensino médio, alunos de distritos ou comunidades rurais, com uma matrícula em 2019 de cerca de 25.000 estudantes, distribuída em mais de 200 anexos escolares. O estudo realizado pelas autoras mostra que as condições de oferta são bastante precárias, funcionando no turno noturno, com professores polivalentes, a maioria com contrato temporário e com uma carga horária diária inferior a 4 horas-aula. Os alunos que frequentam esses anexos escolares, são, em sua maioria, jovens habitantes de distritos rurais, que enfrentam barreiras geográficas para conseguir chegar à sede do município.

Assim, a rede estadual do Ceará, responsável pela quase totalidade das matrículas pública de ensino médio, possui quatro tipos de oferta: ensino médio de turno único, também conhecido como ensino médio regular; ensino médio integrado à educação profissional; ensino médio em tempo integral e ensino médio em extensões de matrículas. Cada tipo de oferta funciona a partir de projetos pedagógicos, condições de infraestrutura, carga horária diária e currículos diferenciados.

A seguir, procura-se analisar a evasão escolar considerando as taxas de reprovação e de abandono nas escolas da rede estadual localizadas no município de Fortaleza.

Reprovação e abandono nas escolas estaduais em Fortaleza

Fortaleza possui uma extensão territorial de 314,93 km² e é a capital brasileira com maior densidade demográfica (7.786,52 hab./km²), sendo composta por 121 bairros (Fortaleza, 2019). É uma cidade complexa do ponto de vista da mobilidade urbana e, no seu interior, constata-se expressiva movimentação da população que habita as regiões periféricas, em decorrência da busca constante por empregos. Embora a rede estadual possua, em 2019, 156 escolas, nem todo bairro dispõe de uma escola com oferta de ensino médio, especialmente aqueles mais periféricos, criados a partir de ocupações de populações expulsas de outras áreas mais valorizadas pelo mercado imobiliário ou de migrantes que vêm do interior à procura de emprego na capital. Esses bairros dispõem de precários serviços públicos, entre eles, os serviços de educação.

Os dados das escolas e das matrículas de ensino médio estadual referentes aos anos 2010 e 2019 na cidade de Fortaleza, mostram que a rede estadual da capital passa pelas modificações na oferta vivenciadas nas últimas décadas (Quadro 1).

Quadro 1: Quantidade de escolas e matrículas de ensino médio, rede estadual, Fortaleza, 2010 e 2019

Tipo de oferta	Escolas		Matrículas	
	2010	2019	2010	2019
Ensino Regular	129	87	79.665	51.225
EEEP	17	21	4.943	8.993
EMTI	0	48	0	15.731
TOTAL	146	156	84.608	75.949

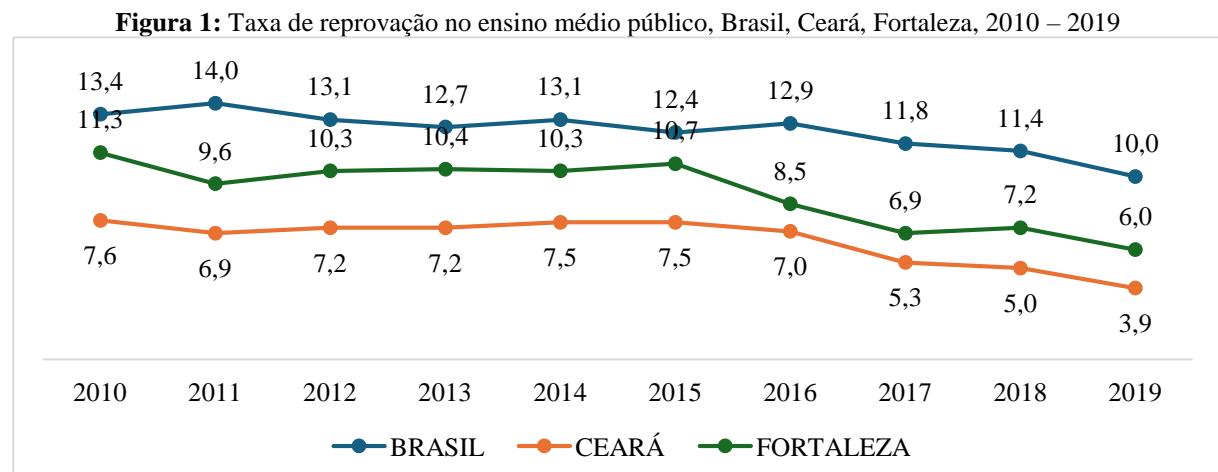
Fonte: as autoras, 2022

Observa-se que houve um crescimento de dez escolas (6,8%) na capital, enquanto ocorreu uma redução de 8.659 matrículas (10,2%) entre 2010 e 2019. No que diz respeito ao tipo de escola, há uma redução das que oferecem ensino médio regular de turno único em 32,6% e mais do que quadruplica o número de escolas que oferecem ensino em tempo integral (de 17 em 2010 para 69 em 2019). No que diz respeito às matrículas, constata-se uma redução de 35,7% nas escolas que ofertam ensino médio regular de turno único, um aumento de 81,9% nas escolas de ensino médio integrado à educação profissional e mais de 15.000 matrículas nas escolas de tempo integral. Embora se perceba redução das matrículas totais nos anos observados, que pode estar associado ao comportamento demográfico da população, o que chama a atenção no Quadro 1 é a diversificação da oferta de ensino médio.

Procura-se analisar a seguir o comportamento das taxas de reprovação e de abandono no ensino médio público no período 2010 – 2019, considerando a situação do Basil, Ceará e

Fortaleza. O interesse nesses indicadores encontra justificativa no fato de os autores abordados em seção anterior destacarem que a evasão escolar tem associação com fatores intraescolares, como a reaprovação e o abandono.

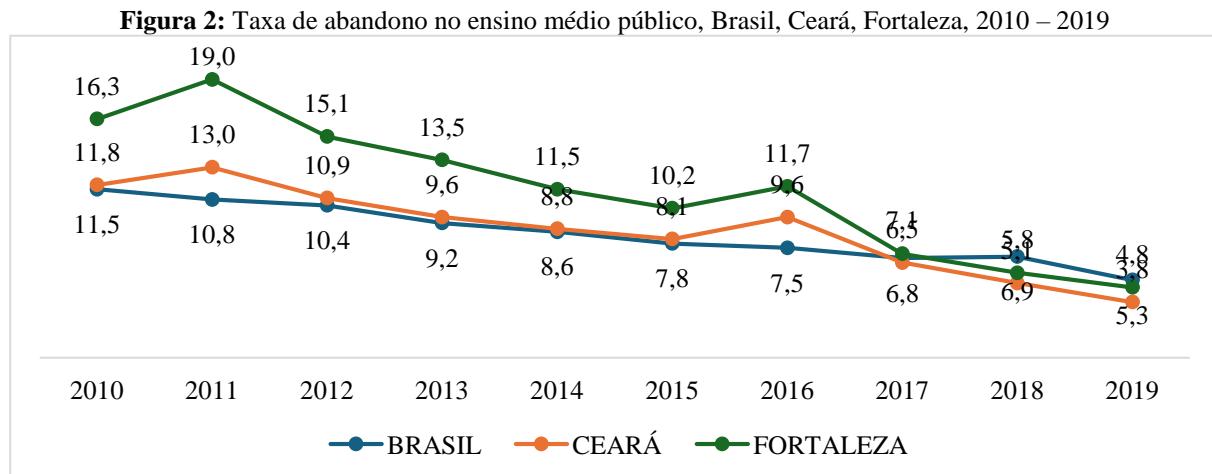
A Figura 1 apresenta dados de reaprovação no ensino médio público, considerando os três recortes territoriais aludidos anteriormente.



Fonte: as autoras, 2022

No período considerado, enquanto a taxa de reaprovação no Brasil cai 25,4%; no Ceará, a queda é de 48,7% e, em Fortaleza, é de 46,9%. Se, por um lado, a média da taxa de reaprovação no Ceará, nesses dez anos, é 48% menor que a brasileira, as escolas estaduais de ensino médio localizadas em Fortaleza apresentam uma taxa de reaprovação média para o período 40,5% maior que a média de todas as escolas estaduais. Observa-se também que, a partir de 2015, os resultados de Fortaleza e do Ceará se distanciam mais da curva de reaprovação do Brasil, fato que merece ser investigado com mais detalhes.

A Figura 2 mostra a série histórica da taxa de abandono no período 2010 – 2019 para os três recortes territoriais.



Fonte: as autoras, 2022

A taxa de abandono, por sua vez, apresenta quedas maiores que a reprovação, sendo no Brasil de 53,9%, no Ceará de 67,8% e em Fortaleza de 70,6%. As escolas da rede pública estadual localizadas em Fortaleza apresentam, nos dez anos, uma média 29% superior à média do mesmo período da rede estadual do Ceará, enquanto esta possui resultados muitos semelhantes aos do Brasil. Chama a atenção o fato de que as quedas brasileiras na taxa de abandono são contínuas, sendo que, tanto no Ceará, como em Fortaleza, existem dois picos de aumento, nos anos 2011 e 2016, o que merece ser investigado com mais acuidade.

Enquanto a reprovação é um fenômeno eminentemente escolar, que se efetiva no interior da sala de aula, compreendendo o processo de ensino e aprendizagem e se constrói pela criação de *déficits* cognitivos, o abandono é muito mais complexo e pode estar associado a situações intra e extraescolares, como: a) o aluno percebe a iminência da reprovação e abandona o ano letivo; b) a falta de atratividade da escola funciona como um gatilho para o abandono; c) a necessidade de trabalho, mesmo que sazonal leva ao abandono e à perda do ano letivo; d) gravidez na adolescência e e) envolvimento com drogas, violência etc.

Os dados mostrados nos Gráficos 1 e 2 levam à constatação de que, em 2010, de cada 100 alunos matriculados no ensino médio brasileiro, 25 evadiam-se da escola e, em 2019, esse número chega a 15. No Ceará, em 2010, de cada 100 alunos, 19 eram reprovados ou abandonavam a escola e, em 2019, esse número cai para 8. Em 2010, as escolas estaduais de Fortaleza apresentavam uma evasão de 27 alunos para 100 matriculados, situação que se reduz para 11 alunos em 2019.

O estudo sobre as taxas de reprovação e de abandono das redes públicas dos três recortes territoriais analisados neste estudo mostra que, no período considerado, o estado do Ceará foi o que apresentou maiores reduções. Os indicadores quantitativos, sozinhos, não conseguem explicar que iniciativas de políticas educacionais atuaram de forma efetiva para essas reduções;

no entanto, é importante destacar que essas quedas ocorrem simultaneamente com a ampliação de matrículas em tempo integral, sem esquecer também a redução no quantitativo de matrículas que se registra no período analisado.

Considerações finais

A revisão de literatura realizada mostra que não há consenso acerca de uma definição única para o que se denomina evasão escolar. Assim como a maioria dos autores, embora concordem com a ideia de que a evasão é um fenômeno complexo e multivariável, não comungam das mesmas percepções quando se trata dos graus de influência de cada uma das variáveis apontadas.

Cientes de que o processo de evasão é permeado por fatores intraescolares e extraescolares, os autores concordam que, do ponto de vista educacional, a evasão pode ser identificada pela reprovação e pelo abandono, variáveis mensuradas anualmente pelo Censo Escolar, assim como os estudos sobre fluxo escolar, que indicam o quanto uma determinada etapa de ensino é afetada e que impactos tal situação tem sobre o financiamento da educação, a infraestrutura das redes escolares e todos os processos educativos.

No caso dos resultados alcançados nas taxas de reprovação e de abandono pelas escolas públicas de ensino médio do estado do Ceará e pelo conjunto de escolas desta rede em Fortaleza no período 2010 – 2019, há que se considerar como possíveis fatores explicativos a implementação de iniciativas de diversificação da oferta de ensino médio, em que a maioria dos alunos passa a frequentar escolas de tempo integral, com melhores condições de infraestrutura, mais horas-aula diárias e fortalecimento dos programas suplementares. Estudos em que se busque identificar correlações, assim como investigações de natureza qualitativa podem ajudar a lançar luzes sobre a melhoria desses indicadores.

Fato é que o fenômeno da evasão escolar continua como pauta da agenda da política educacional, inclusive com a criação de programas governamentais específicos, como o Pé de Meia, que se propõe a reduzir os percentuais de abandono nos três anos do ensino médio. O incentivo para que as redes públicas aumentem a oferta de ensino médio em tempo integral continua sendo fomentado pelo Governo Federal, embora ainda não se disponham de dados que confirmem essa política com efetiva na redução da evasão escolar.

Referências

AGATTE, Juliana Picoli e ANTUNES, Marcos Maia. Condisionalidade de educação do Programa Bolsa Família: concepção e organização do acompanhamento. In: XIMENES, Daniel (org). **Resultados, avanços e desafios das condisionalidades de educação do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2014.

ARROYO, Miguel González. Educação e exclusão da cidadania In: BUFFA, Ester. **Educação e cidadania: quem educa o cidadão**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.

ARROYO, Miguel González. **Pobreza e Círculo**: uma complexa articulação. Modulo IV- Conteúdo da Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social. MECE, Brasília, 2018.

BALTA, Orico dos S. **Oportunidade versus evasão no ensino médio integrado na perspectiva dos estudantes**. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Estadual de Mato Grosso de Sul, Parnaíba, 2017.

BARBOSA FILHO, Raimundo; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação Por Escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, jan.-jun. 2017. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/porescrito>. Acesso em: 15 ago. 2021.

BEZERRA, Leonardo Ferreira *et al.* Análise da correlação entre a média de alunos por turma na taxa de rendimento de alunos nas escolas públicas de Ensino Médio no Município do Rio de Janeiro. **Revista Educação Pública**, v. 20, nº 36, 22 de setembro de 2020. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/20/36/analise-da-correlacao-entre-a-media-de-alunos-por-turma-na-taxa-de-rendimento-de-alunos-nas-escolas-publicas-de-ensino-medio-no-municipio-do-rio-de-janeiro>. Acesso em: 30 nov. 2021.

BORDINI, Marcella. A evasão escolar: uma metassíntese qualitativa de estudos brasileiros (2015-2020). **Revista Interfaces**. v. 12, n. 1 (2021). Disponível em: https://revistas.unicentro.br/index.php/revista_interfaces/article/view/6511. Acesso em: 10 out. 2021.

BRANCO, Emerson A. *et al.* **Evasão escolar**: desafios para permanência dos estudantes na educação básica. Revista Contemporânea de Educação, v. 15, n. 33, mai/ago. 2020.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº 59 de 11 de novembro de 2009**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constitucional/constituicao/emendas/emc/emc59.htm. Acesso em: 2 abr. 2021.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 26 nov. 2020.

BRASIL. Ministério da Cidadania. **Programa Bolsa Família**. Brasília, Ministério da Cidadania, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social. 2017. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e>. Acesso em: 10 jul. 2021

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS). **Relatório de Informações Sociais**. 2021. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIV3/geral/index.php>. Acesso em: 20 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Programa Ensino Médio Inovador**. Documento Orientador. Elaboração de Propostas de Redesenho Curricular. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2017. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/fevereiro-2017-pdf/58611-doc-orientador-elaboracao-depropostas-de-redesenho-curricular-prc-pdf/file>. Acesso em: 23 jul. 2021.

CABRAL, Carine Graziele da Luz. **Evasão Escolar**: o que a escola tem a ver com isso? Artigo apresentado como trabalho de conclusão do curso de pós-graduação em Educação e Direitos Humanos: escola, violências e defesa de direitos. Universidade do Sul de Santa Catarina. 2017.

CARVALHO, Janne Brandão de Melo. **O abandono escolar na Escola de Ensino Médio de Croatá Flávio Rodrigues, no Ceará**. 2020. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2020.

CIRENO, Flávio; SILVA, Joana; PROENÇA, Rafael Prado. Condicionalidades, desempenho e percurso escolar de beneficiários do Programa Bolsa Família. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (orgs). **Programa Bolsa Família**: uma década de inclusão e cidadania: Sumário executivo. Brasília: Ipea, 2014.

CORTÉS, Carmen María Aranzazu Cejudo; FERNÁNDEZ, Celia Corchuelo. La formación profesional básica como medida socioeducativa para prevenir el abandono escolar prematuro. **Revista Internacional de Investigación e Innovación Educativa**. Vol (14). 2018. Disponível em: <http://rabida.uhu.es/dspace/handle/10272/14842>. Acesso em: 5 nov. 2021.

DINIZ, Carine Saraiva. **Evasão escolar no ensino médio**: causas intraescolares na visão dos alunos. Belo Horizonte, 2015. Disponível em: www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uplo ads/2016/.../Carine-Saraiva Diniz.pdf. Acesso em: 5 jun. 2021.

DIGIÁCOMO, Murillo José. **Evasão escolar**: não basta comunicar e as mãos lavar. 2005. Disponível em: <http://www.mp.mg.gov.br/>. Acesso em: 5 ago. 2020.

DORE, Rosemary; LÜSCHER, Ana Zuleima. Permanência e evasão na educação técnica de nível médio em Minas Gerais. **Cadernos de Pesquisa**, v. 41, n. 144, p. 770-89, dez. 2011. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-15742011000300007&script=sci_abstract&tlang=pt. Acesso em: 03 jul. 2021.

FORTALEZA. Câmara Municipal. **Decreto n. 14.498, de 18 de setembro de 2019**. Atualiza divisões e Fortaleza passa a ter 121 bairros. Diário Oficial do Município. Fortaleza, 2019.

GOMES, Cândido Alberto. **A Educação em Perspectiva Sociológica**. 3^a ed., São Paulo: EPU, 1994.

IBGE. **Cidades e Estados**. 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ce.html>. Acesso em: 2 jan. 22.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Continua**: educação 2019. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-salade-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28285-pnad-educacao-2019-maisda-metade-das-pessoas-de-25-anos-ou-mais-nao-completaram-o-ensino-medio>. Acesso em: 20 jul. 2021

INEP. **Dicionário de indicadores educacionais**: fórmulas de cálculo. Brasília, 2004.

INEP. **Sinopse Estatística da Educação Básica 2018**. Brasília: Inep, 2018.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2019**: Resumo Técnico. Brasília: Inep, 2019.

INEP. **Indicadores Educacionais Taxas de Rendimento** 2007 e 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-rendimento>. Acesso em: 18 mai. 2021.

IPECE. **Enfoque Econômico nº 218, Maio/2020**. Disponível em: <https://www.ipece.ce.gov.br/2020/05/20/novo-estudo-do-ipece-analisa-desigualdade-de-rendimento-no-ceara/>. Acesso em: 4 jan. 2022.

JOHANN, Cristiane Cabral. **Evasão escolar no Instituto Federal Sul-Rio-Grandense**: um estudo de caso no campus Passo Fundo. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2012.

KLEIN, Ruben. Produção e utilização de indicadores educacionais: metodologia de cálculo de indicadores do fluxo escolar da educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 84, n. 206-208, p. 107-157, jan./dez. 2003. Seção: Estatística. Disponível em: <http://www.rtep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rtep/article/view/1378/1117>. Acesso em: 25 jun. 2020.

LINO, Ellen Rízia Oliveira. **A problemática da evasão escolar**: uma revisão bibliográfica integrativa. 113f. Monografia (licenciatura em Biologia). Universidade Católica de Goiás. Goiânia, 2020.

LOURENÇO, Ana Raquel Mateus. **Motivações na origem do Abandono Escolar**. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Castelo Branco. Portugal, 2013.

LUCAS, Barbara S. **Bolsa Família e as suas condicionalidades**: análise das motivações para evasão e infrequência escolar na vida dos adolescentes. Rio de Janeiro, 2017.

MOURA, Fernanda Carminati de. **Uso de álcool relacionado à evasão e o abandono escolar na opinião dos adolescentes**. 113 f. Dissertação (Mestrado em Ensino). Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Foz do Iguaçu, 2020.

OLIVEIRA, Andrea Silva de; THUMS, Ângela; ALVES, Katiusse Içara. Evasão e abandono escolar: do princípio da fuga ao caminho para a permanência. In: Rosangela Fritsch. (Org.). **Ensino Médio: caminhos e descaminhos da evasão escolar.** 1ed. São Leopoldo/RS: Editora Oikos, 2015, v. 1, p. 45-64.

OLIVEIRA, Luis Felipe Batista; SOARES, Sergei Suarez Dillon. Bolsa família e repetência: resultados a partir do CadÚnico, Projeto Frequência e Censo Escolar. In: CAMPELLO, Tereza; NERI, Marcelo Cortês (orgs). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania: Sumário executivo.** Brasília: Ipea, 2014.

PAIVA, Luiz Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. Do Bolsa Família ao Brasil sem Miséria: Um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. In: Campello, Tereza; Neri, Marcelo Côrtes (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania.** Brasília: Ipea, 2013, p. 25-46.

PALUDO, Elias Festa. O tempo das paixões tristes: as desigualdades agora se diversificam e se individualizam, e explicam as cóleras, os ressentimentos e as indignações de nossos dias. Resenha. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 11, p. 1-9, Jan./Dez., 2024. DOI: 10.26568/2359-2087.2024.7174. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/7174/2227>. Acesso em: 31 ago. 2024.

PELISSARI, Lucas Barbosa. **O fetiche da tecnologia e o abandono escolar na visão de jovens que procuram a educação profissional técnica de nível médio.** Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2012.

QUEIROZ, Lucileide Domingos. **Um estudo sobre a evasão escolar:** para se pensar na inclusão escolar. 2011. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes/25/lucileidedomingosqueirozt13.rtf>. Acesso em: 15 nov. 2019.

RAMOS, Jorge Marcos; TAVARES, Sérgio Marcus Nogueira. O poder na escola para Max Weber: a burocracia como forma de manutenção da ordem. **EDUCA – Revista Multidisciplinar em Educação**, Porto Velho, v. 9, p. 1-15, jan./dez., 2022. DOI: 10.26568/2359-2087.2022.6246. Disponível em: <https://periodicos.unir.br/index.php/EDUCA/article/view/6246/322>. Acesso em: 31 ago. 2024.

RIBEIRO, Kelen Gomes et al. Educação e saúde em uma região em situação de vulnerabilidade social: avanços e desafios para as políticas públicas. **Interface** (Botucatu) [online]. Junho de 2018, vol. 22, suppl. 1, pp. 1387-1398. Disponível em: <https://www.scielosp.org/article/icse/2018.nahead/> 10.1590/1807-57622017.0419/pt/. Acesso em: 19 jul. 2020.

SANTOS, Adriana. **O abandono escolar em 2 escolas estaduais da CDE 05 de Manaus/AM.** 2017. Tese (Doutorado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2017.

SANTOS, Robson dos; ALBUQUERQUE, Ana Elizabeth M. Análise das taxas de abandono nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio a partir das características das escolas. **Cadernos de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais**, Brasília, v. 02, n. 03, p. 73-106, 2019. Disponível em: <http://www.rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/3975/3563>. Acesso em: 5 ago. 2020.

SHIRASU, Maitê Rimekká; ARRAES, Ronaldo de Albuquerque. Determinantes da Evasão e Repetência Escolar. **Anais do XLIII Encontro Nacional de Economia. ANPEC-Associação Nacional dos Centros de Pós-graduação em Economia**, 2016. Disponível em: https://www.anpec.org.br/encontro/2015/submissao/files_I/i12-85f3c3774c3d65741cb278e01e61db39.pdf. Acesso em: 23 jul. 2021.

SILVA, Marcos Jonatas Damasceno da. As causas da evasão escolar: estudo de caso de uma escola pública de ensino fundamental no município de Acará, PA. **Interespaço Revista de Geografia e Interdisciplinaridade**, Grajaú, v. 2, n. 6, p. 367-78, maio/ago. 2016. Disponível em: <http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaço/article/view/6502/416>. Acesso em: 7 nov. 2020.

SILVA, Monica Ribeiro (org). **O Ensino Médio**: suas políticas, suas práticas: estudos a partir do Programa Ensino Médio Inovador. Curitiba: UFPR/ Setor de Educação, 2016.

SILVA, Rosineide Rodrigues da. **A evasão escolar como consequência da avaliação da aprendizagem**. 56f. Monografia (Pedagogia). Universidade Federal de Alagoas. Delmiro Gouveia, 2019.

SILVAS, Juliana Alvarenga. **Evasão escolar na Educação Profissional**: trajetórias e motivos que levam ao abandono definitivo ou temporário dos cursos técnicos de nível médio. 2018. Dissertação (Mestrado em Educação Tecnológica). Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas, Belo Horizonte, 2018.

SOARES, Tufi Machado et al. Fatores associados ao abandono escolar no ensino médio público de Minas Gerais. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 757-772, jul./set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/XhMWFmKSzSrKCsDPhbsYs5P/?lang=pt&format=html>. Acesso em: 25 set. 2021.

TRINDADE, Maria Felisberta Baptista da.; OLIVEIRA, Francisco Lindoval de. Idosos na EJA: fatores que motivam a inclusão e permanência. **Trivium: Revista Eletrônica Multidisciplinar**, Pitanga, v. 6, nº 2, ed. especial, set. 2019. Disponível em: <http://revista.ucpparana.edu.br/index.php/Trivium/issue/archive>. Acesso em: 10 out. 2021.

UNICEF. **Cenário da exclusão escolar no Brasil**. 2017. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/cenario-da-exclusao-escolar-no-brasil-2017>. Acesso em: 03 jan. 2021.

VEIGA, Cergio. Roberto. **Fatores predominantes da evasão escolar no ensino médio integrado**: uma proposta de estratégia de prevenção para o CEFET/RJ. 102 f. Dissertação (Mestrado em Sistema de Gestão). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

VIANA, Iara Azevedo e CIRENO, Flavio. Programa Bolsa Família (PBF), condicionalidades e efeitos sobre educação: agenda de pesquisa. In SILVA, Tiago Falcão (org). **Bolsa Família 15 anos (2003 - 2018)**. Brasília: Enap, 2018.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, Eloísa Maia. Ensino médio no Ceará: igualdade versus qualidade na implementação do direito à educação. **Cadernos Cenpec** - Nova série, v. 6, n. 2, 2017.

Enviado em: 25/10/2023.

Aceito em: 04/07/2024.

Publicado em: 26/12/2025.